**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Publicada no DOE 1558, 11/11/03, pág. 38907

LEI Nº 1239, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2003.

**Dispõe no âmbito do Município de
Palmas a criação do prêmio Voluntário
do Ano.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS** aprova e eu, a Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído a criação do prêmio voluntário do ano.

Parágrafo único. O prêmio voluntário do ano será criado para lembrar que existe o dia do voluntário.

Art. 2º Premiar cidadão e cidadãos que renunciam suas horas de lazer em abnegado trabalho em favor do próximo, servindo de incentivo para eles próprios e para que os outros comecem.

Art. 3º Mínimo investimento, com a confecção de troféu em madeira e placas de metal, com brasão do Município de máximo aproveitamento de repercussão da Ação Social na Mídia.

Art. 4º Estipulado no total de 15 (quinze) voluntários anualmente, os troféus serão entregues na Semana do Voluntário e concorrem ao prêmio todas as pessoas que prestarem trabalho voluntário no mínimo uma vez por semana em instituições públicas, privadas, não governamentais e religiosas, como por exemplo Associação de Pais e Mestres - APAE, Escolas Municipais, Pastorais (Igreja Católica), Missionários (Igrejas Evangélicas em Geral), Sociedades Espíritas, Guarda Mirim, Creches, Asilos, Orfanatos (Lar de Menores) e Outros.

Art. 5º Fichas cadastro serão entregues às instituições que após preenchidas, com os dados dos concorrentes, voltarão ao Poder Executivo onde passarão por uma comissão julgadora composta de representantes de diversos seguimentos da sociedade palmense, sendo:

I - um membro do Executivo;

II - um membro do Legislativo;

III - um Jornalista;

IV - um Médico;

V - um Assistente Social;

VI - um Psicólogo;

VII - um representante da APAE;

VIII - um representante da Igreja Católica;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

Publicada no DOE 1558, 11/11/03, pág. 38907

IX - um representante das Igrejas Evangélicas;

X - um representante da Federação Espírita.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PALMAS, aos dias do mês de de 2003, 15º ano da criação de Palmas.

NILMAR GAVINO RUIZ
Prefeita de Palmas